

**HABEAS CORPUS Nº 515.009 - MG (2019/0166863-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : RAUA MOURA MELO SILVA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : RODRIGO RIBEIRO PEREIRA - MG083032  
AMANDA CORREA FERNANDES - MG167317  
GUILHERME SOUZA VICTOR DE CARVALHO -  
MG168204  
RAUA MOURA MELO SILVA - MG180663  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : FREDERICO PEREGRINO DIAS (PRESO)

**DECISÃO**

Impetra-se este *habeas corpus* apontando-se constrangimento ilegal decorrente da ausência de fundamentos legítimos a embasar o decreto de prisão preventiva de **Frederico Peregrino Dias** e ante a denegação, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, do HC n. 0478032-53.2019.8.13.0000 (1.0000.19.047803-2/000 ), conforme esta ementa (fl. 20):

*HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO DE DROGAS. LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXCEPCIONAL. HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NECESSIDADE DA MEDIDA RESTRITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE. IRRELEVANCIA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.*

- Não há que se falar em constrangimento ilegal se o decreto prisional encontra-se adequadamente fundamentado nos requisitos previstos no art. 312 do CPP, a fim de garantir a ordem pública.

- Evidenciada a periculosidade do agente, a prisão preventiva é medida que se impõe.

- As condições favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, considerando as particularidades que envolvem o caso concreto.

- Ordem denegada.

Requer-se a imediata expedição de alvará de soltura em nome do paciente, sem prejuízo da aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, alegando-se, em suma, que *a prisão foi deferida levando em consideração a gravidade abstrata (sem qualquer juízo condenatório) dos crimes imputados ao paciente* (fl. 13).

É o relatório.

Aparentemente, pelo que consta das decisões às fls. 20/38, 39/48, 49/52 e do acórdão ora impugnado, ausente o *fumus boni iuris*.

Ao que parece, a custódia do paciente foi decretada porque *a prisão dos principais articuladores da organização é necessária para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, que o modus operandi utilizando pelos denunciados é violento, e que se tratam de pessoas de extrema periculosidade, responsáveis, dentre outras coisas, por intensa movimentação no tráfico de drogas* (fl. 24).

Segundo o Tribunal local (fls. 32/33):

[...]

[vê-se] a possível participação e contribuição do Paciente F.P.D., em que supostamente era um membro ativo da organização criminosa, e que detinha como tarefa precípua a “lavagem de dinheiro”, valendo-se para tal ato de sua empresa denominada “Rotini Car”, bem como gerenciar os veículos utilizados pela quadrilha durante os atos criminosos.

Consta ainda que, há registros de conversas telefônicas entre os denunciados, oportunidade em que é possível se atestar o envolvimento do ora paciente com as atividades ilícitas ora investigadas, inclusive com tráfico de entorpecentes.

[...]

O Juízo de primeiro grau, na decisão que impôs a prisão cautelar, refere-se a uma hierarquizada organização criminosa, da qual faria parte o paciente, cuja atuação consistiria em receber, quinzenalmente, valores em dinheiro referentes à comercialização, sempre em atacado, de materiais ilícitos.

O Magistrado menciona, ainda, que o acusado, além de atuar na lavagem de dinheiro da estrutura criminosa, também *seria responsável por gerenciar os veículos da quadrilha, tendo em vista que, segundo levantamentos policiais, quase todos os automóveis utilizados pelos integrantes da associação seriam registrados na auto-revendedora Rotini Car* [empresa pertencente a Frederico], *com o intuito de ludibriar a fiscalização policial, havendo, ainda, diversas ocorrências envolvendo os precitados veículos e os alvos sob investigação* (fl. 42).

Com efeito, ao que tudo indica, a prisão preventiva está lastreada na

necessidade de garantir a ordem pública – a fim de evitar que continuem os agentes reiterando nas práticas criminosas – e resguardar a aplicação da lei penal, o que evidenciaria a impossibilidade de fixar medida cautelar menos gravosa.

Segundo o *decisum* de primeiro grau, *se permanecerem em liberdade* [os envolvidos], *encontrarão os mesmos estímulos e o campo fértil para persistirem nas condutas deletérias aos interesses da sociedade*. Outrossim, *a rede investigada contaria, inclusive, com a participação de profissionais diversos, sendo que por se tratarem de pessoas altamente perigosas e principalmente serem responsáveis pela intensa movimentação do crime de tráfico existente na cidade e região, podem se furtarem à aplicação da lei penal, "procurarem" pessoas inocentes para "assumirem" a autoria de gravíssimos crimes levados a efeito pela organização criminosa* (fl. 46).

**Indefiro**, portanto, o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da Vara Criminal da comarca de Ubá/MG a respeito da situação do paciente e da ação penal.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator